

■ ENTREVISTA

Julio Barros/Divulgação



Júlio Barros



Biografia:

Mestre em Educação pela Universidade de Brasília (UnB). Coordenador do Fórum Distrital de Educação (FDE). Diretor do Sinpro-DF. Membro da Comissão Técnica Distrital (CTD) e da Comissão de Avaliação e Monitoramento do Plano Distrital de Educação (PDE). Professor de História do CEF 25 de Ceilândia. Contato: juliobarros13@gmail.com

Entrevistadores:

Professor Dr. Robson Santos Camara Silva

Doutor em Sociologia (UnB), com pesquisa na área de Sociologia do Trabalho e da Educação. Estágio de doutorado no Centro de Estudos e Intervenção em Educação e Formação (CeIEF), ligado à Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia (ULHT), em Lisboa/Portugal. Mestre em Educação pela UnB. Líder do Grupo de Pesquisa em Estratégias Formativas e Científicas da Educação Básica (EKÓ-EAPE). Professor-formador da Unidade Escola de Formação Continuada dos Profissionais da Educação/EAPE. Contato: robsoncamara@gmail.com.

Os desafios do Fórum Distrital de Educação na construção do novo PDE

1. Revista Com Censo (RCC) - Conte-nos um pouco da sua trajetória na educação do Distrito Federal e como foi o contexto da sua chegada à Coordenação do Fórum Distrital de Educação (FDE)?

Júlio Barros - Estudei o Ensino Fundamental e Médio em escolas públicas de Ceilândia. No ensino médio (que na época se chamava 2º grau), comecei a questionar o fato de o currículo não incluir todas as disciplinas cobradas no vestibular. Naquele período, os cursos eram pseudo-profissionalizantes. Essa defasagem explicava, em parte, por que havia tão poucos estudantes da periferia na Unb.

Foi nesse contexto que fundamos o Movimento Pró-Universidade em Ceilândia (MOPUC). Hoje, é muito gratificante ver que a UnB está presente em três polos do DF: Ceilândia, Gama e Planaltina, mas ainda falta avançar: precisamos da UnB no Paranoá.

Em 1984, ingressei no CEUB para cursar História. Aquele ano foi marcado pela efervescência política da campanha *Diretas Já!*. Durante a graduação, freqüentava as Assembleias Gerais do Sindicato dos Professores (Sinpro-DF), observando com admiração a organização e a combatividade dali. Pensava comigo: “Um dia quero fazer parte dessa história”.

Em 1991, fui aprovado no concurso para professor efetivo de História. No primeiro dia de aula, já me filiei ao Sinpro-DF – e logo peguei uma greve. Integrei o comando de greve em Ceilândia e, pouco depois, fui eleito delegado sindical do Centro de Ensino Médio 03. Sempre acompanhei com lupa a questão da Gestão Democrática, a ponto de ajudar

a organizar eleições paralelas para gestores escolares.

Minha dedicação à Gestão Democrática foi tão intensa que ela se tornou o tema da minha dissertação de mestrado na Faculdade de Educação da UnB. Essa trajetória me levou a participar ativamente da construção da Lei nº 4.751/2012, que dispõe sobre o sistema de ensino e a gestão democrática da educação básica na rede pública de ensino do Distrito Federal, sempre ressaltando que essa conquista foi fruto de um esforço coletivo, com a contribuição decisiva de todos os segmentos da comunidade escolar: professores, funcionários, estudantes, pais, mães e responsáveis, além das instituições que os representam, em especial o Sindicato dos Professores (Sinpro-DF).

Com a sanção da Lei de Gestão Democrática, pelo governo Agnelo Queiroz, criou-se o Fórum Distrital de Educação (FDE), uma das instâncias do Sistema Distrital de Educação. Hoje, com 13 anos de atuação ininterrupta, o FDE defende uma educação pública, gratuita, democrática, inclusiva, de qualidade social e emancipadora. Sua composição é plural: reúne sociedade civil organizada, órgãos públicos, movimentos sociais e representantes de toda a comunidade educacional — mais de vinte instituições, abrangendo educação básica e superior (pública e privada), profissionais do magistério, funcionários, estudantes, famílias, sindicatos (trabalhadores e patronais) e a SEEDF.

O FDE teve um papel central na elaboração do primeiro Plano Decenal/Distrital de Educação (PDE), organizando dezenas de conferências até chegar à Conferência Distrital de Educação, que produziu o documento-base do projeto de lei. Minha chegada à Coordenação Geral do FDE representou, portanto, o reconhecimento desse trabalho coletivo — e também a confiança da entidade que me indicou e que considero a coluna vertebral do Fórum: o Sinpro.

2. RCC - Chegamos ao final da vigência do Plano Nacional de Educação (PNE) e do Plano Distrital de Educação (PDE), o que remete fazer um balanço histórico e político do que o Brasil e o Distrito Federal conseguiram avançar. Como coordenador do Fórum Distrital de Educação (FDE), fale quais são os desafios encontrados para o novo Plano Nacional de Educação (PNE) e como isso afeta o PDE, as políticas educacionais e a valorização dos e das profissionais da educação como preconiza a meta 17?

Júlio Barros - Ao fazer um balanço histórico e político dos avanços do Brasil e do DF, destaco que os dois primeiros Planos Nacionais de Educação (PNEs) tiveram suas metas frustradas, principalmente pela falta de financiamento adequado.

O primeiro PNE (2001-2011) foi prejudicado pelo veto presidencial ao artigo que previa o investimento de 7% do PIB na educação. Já o segundo PNE (2014-2024) não

cumpriu a Meta 20, que estabelecia a aplicação de 10% do PIB no setor ao final do decênio.

É impossível analisar esse período sem mencionar o golpe de 31 de agosto de 2016 – um processo articulado entre setores parlamentares, judiciário, mídia e empresariado, que resultou no *impeachment* de uma presidente legitimamente eleita, Dilma Rousseff. A partir daí, a educação pública sofreu ataques sistemáticos, com cortes orçamentários e desmonte de políticas educacionais.

O desmonte começou com a Emenda Constitucional nº 95/2016, que impôs um teto de gastos públicos por 20 anos, estrangulando o financiamento de políticas sociais. A situação se agravou com medidas como a reforma do Ensino Médio, que institucionalizou uma verdadeira segregação educacional: para as elites, escolas com currículo à la carte e ampla formação cultural – para as classes populares, formação técnica precarizada e currículo enxuto.

A isso somou-se uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que, sob o discurso da 'flexibilidade', na prática transferiu para o setor privado a definição dos itinerários formativos – um claro estímulo à privatização da educação básica.

Os governos Temer e Bolsonaro intensificaram este projeto com perseguição a educadores (via movimentos como *Escola Sem Partido*), tentativas de descharacterizar o Fundeb, incentivo ao *homeschooling* e acelerada militarização escolar. A privatização avançou através de Organizações Sociais e terceirização ilimitada, transformando a educação em mercadoria.

Durante seis anos, os mecanismos democráticos de participação foram suspensos, agravados pelos dois anos de pandemia. O resultado foi o sistemático descumprimento do PNE 2014-2024, a promoção de agendas conservadoras e o aprofundamento das desigualdades sociais, num claro projeto de desmonte da escola pública como direito social.

Sobre os desafios para o novo Plano Nacional de Educação (PNE) e seus reflexos no Plano Distrital de Educação (PDE), considero fundamental que seja aprovado ainda em 2025, apesar das mais de 3 mil emendas apresentadas, que podem descharacterizar as deliberações da Conferência Nacional de Educação - CONAE 2024.

O PL 2614/2024, embora apresente algumas convergências com o documento final da CONAE, revela limitações preocupantes que precisaremos superar no PDE. Entre os principais problemas estão a falta de prazos intermediários claros para o cumprimento das metas, e a ausência de previsão para suspender os repasses de recursos públicos para a educação privada e os convênios na educação infantil num prazo de cinco anos – mantendo assim um modelo de financiamento que aprofunda as desigualdades educacionais.

Diante desse cenário, nosso grande desafio será garantir que o PDE corrija essas lacunas, estabelecendo metas precisas com mecanismos de financiamento vinculado e fortalecendo os instrumentos de controle social para assegurar uma educação verdadeiramente pública e de qualidade para todos.

No caso do ensino fundamental, o prazo de 2 anos para a universalização do ensino fundamental, na faixa de 6 a 14 anos, foi substituído pelo de 3 anos para universalizar o acesso à escola. E no caso do ensino médio, aumentou o prazo da universalização do atendimento de dois para três anos. Sobre a proposta curricular e estrutural para o ensino médio, mantém-se o Novo Ensino Médio, ignorando sua indicação de revogação pela CONAE 2024.

É urgente, também ter diretrizes curriculares para a educação em gênero e educação sexual. Há um campo de disputa na concepção do direito à qualidade da educação especial, que ainda se mostra em tensão no texto do novo PNE. Não há definição de vedação ao uso da EaD na educação básica e na educação de jovens e adultos (EJA).

Há lacunas em relação à educação escolar indígena, quilombola e educação do campo. No caso da educação superior e da pós-graduação, não há mais a definição de percentual mínimo para a taxa bruta de matrículas e nem participação das instituições públicas de educação superior na expansão do ensino superior. É estratégico que figure, entre as diretrizes do PNE, o estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação ancorada em porcentagem do PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com qualidade e equidade. De igual modo, é preciso ratificar a valorização dos profissionais da educação e a promoção do princípio da gestão democrática, dispositivos ausentes no PL em tramitação, o qual orientará o planejamento decenal para o país.

3. RCC - Bem recentemente foi publicado o último relatório de monitoramento do PDE que aponta em que medida as metas foram alcançadas. Dito isso, na sua avaliação, qual a importância do Fórum Distrital de Educação para o acompanhamento da execução e efetivação das metas do PDE?

Júlio Barros - Falando do relatório do PDE, metas e estratégias cumpridas ou não, ou em andamento, ou nem iniciadas, é importante não termos uma visão romantizada, porém, ao mesmo tempo, não devemos ter o que eu chamo de "complexo de vira-lata" e não reconhecer avanços. Por exemplo, dos 41 indicadores mensuráveis, 7 alcançaram ou superaram 100%; 3 indicadores estão entre 90% e 100%; 7 indicadores estão entre 80% e 90%; 12 indicadores entre 50% e 80% e 12 inferior a 50%. Enfim, dos resultados mensuráveis observados, 64,1% foram

contemplados satisfatoriamente, o que é um resultado positivo e deve ser levado em consideração quando se faz avaliação das metas do PDE.

Sobre a importância do Fórum Distrital de Educação para a execução e efetivação do PDE, é importante compreender, que é da natureza do fórum, o monitoramento e a avaliação do cumprimento das metas e estratégias do Plano Distrital de Educação, e neste sentido, o fórum integra o Sistema Distrital de Educação, conforme o art. 6º da Lei nº 5.499/2015. Fazemos parte da Comissão de Avaliação e Monitoramento do PDE, e mantemos um Observatório do PDE.

4. RCC - Temos conhecimento que as subcomissões de trabalho para o novo PDE no âmbito do Fórum Distrital de Educação já concluíram seus trabalhos e que a comissão técnica está realizando as análises do que foi produzido pelas referidas subcomissões. Com base nisso, o que senhor identifica como os principais gargalos a serem superados na educação do Distrito Federal?

Júlio Barros - As subcomissões realizaram um trabalho extraordinário, e vamos querer explorar mais os conhecimentos, compromissos e dedicação desses colegas, ou seja, os trabalhos dessas subcomissões não vão se encerrar com a entregas de relatórios por parte delas. A Comissão Técnica Distrital, com representação de todas as subsecretarias da SEEDF e de organizações da sociedade civil está trabalhando um texto-base, que servirá como referência para realização de encontros, seminários e conferências, até chegar na conferência distrital que subsidiará o Projeto de Lei do novo PDE. A comissão tem se preparado muito e já participou de encontros nacionais, regionais e locais de cooperação técnica no âmbito dos Planos Decenais de Educação com a SASE/MEC.

Considerando que tanto o PNE quanto o PDE estão estruturados em objetivos, metas e estratégias, entendo que os chamados 'gargalos da educação no DF' representam desafios concretos que devemos transformar em objetivos estratégicos. Dentre esses, destacamos: a) Expandir a oferta de vagas em creches públicas e assegurar a universalização da pré-escola; b) Assegurar a alfabetização, ao final do segundo ano do ensino fundamental, a todas as crianças; c) Assegurar que crianças, adolescentes e jovens em idade escolar obrigatória concluam o ensino fundamental e o ensino médio na idade regular; d) Ampliar a oferta de educação integral em tempo integral para a rede pública; e) Promover a educação digital para o uso crítico, reflexivo e ético; f) Garantir a educação básica a toda a população camponesa do Distrito Federal, em escolas do campo, de modo a alcançar no mínimo 12 anos de estudo; g) Garantir o acesso, a oferta de atendimento educacional especializado e aprendizagem ao longo de toda a vida

dos estudantes público-alvo da educação especial e dos estudantes da educação bilíngue de surdos; h) Assegurar a alfabetização e ampliar a conclusão da educação básica para todos os jovens, adultos e pessoas idosas; i) Ampliar o acesso e a permanência na educação profissional e tecnológica; j) Ampliar o acesso, a permanência e a conclusão na graduação, com redução de desigualdade e inclusão; k) Ampliar a formação de mestres e doutores, inclusive, buscando valorização econômica; l) Garantir formação inicial e continuada e condições de trabalho adequadas aos profissionais da educação básica, e tirar do papel, a famosa Meta 17; m) Aplicar na educação pública, 6,12% do PIB; n) Garantir acesso, inclusão, acompanhamento e permanência escolar a 100% dos adolescentes e jovens em cumprimento de internação provisória, de internação e de medidas socioeducativas em meio aberto, semiliberdade e internação.

5. RCC - Considerando o atual cenário educacional do Distrito Federal, quais seriam, em sua avaliação, as prioridades e os avanços necessários para orientar o novo PDE na próxima década?

Júlio Barros - Entendo que existem alguns princípios e questões que se constituem como imprescindíveis e que precisamos avançar para o novo PDE. Em primeiro lugar, a questão do financiamento, até porque, todas as metas dependem dele. Neste sentido, o Plano Distrital de Educação deve orientar as leis orçamentárias do Poder Executivo e não o contrário, como ocorre de praxe. Assim, para que o PDE alcance suas metas, é preciso assegurar recursos financeiros na medida efetivamente necessária, invertendo a lógica atual, que condiciona o investimento na educação

às limitações das verbas disponíveis “no caixa” do governo. Numa questão de auditoria realizada pelo TCDF, o mesmo questionou o governo se o financiamento da educação pública distrital tem seguido os parâmetros estabelecidos na Meta 20 do PDE; e a SEFAZ/DF e SEEDF responderam que os percentuais da Meta 20 do PDE mostraram-se inexequíveis, e não cumpriram!

Em função deste entendimento, com o descumprimento da Meta 20 e de sua estratégia 20.1, gerou-se um déficit de investimento em educação na ordem de R\$ 31,27 bilhões entre 2015 e 2021. A gestão democrática é um princípio caro aos educadores, não devendo constar no PDE como concessão do Estado, mas sim como direito da sociedade e das escolas. E, para além da democratização das escolas é fundamental democratizar o sistema, fortalecendo o Fórum Distrital de Educação, democratizando o Conselho de Educação do Distrito Federal (CEDF), que as políticas educacionais sejam aprovadas por meio de conferências de educação.

Mantêm-se em disputa no país dois projetos sobre o conceito de qualidade da educação. De um lado, a qualidade socialmente referenciada, defendida pela CONAE 2010, na qual a educação é um direito subjetivo de todos, devendo voltar-se à formação integral do cidadão(ã) e ao desenvolvimento com inclusão social e sustentabilidade. Do outro, a qualidade total, cunhada do mundo empresarial, em que o objetivo central limita-se a atender às exigências do mercado.

E, para encerrar, a questão da valorização profissional. Essa política precisa deixar de ser promessa de políticos em campanha eleitoral para se transformar em realidade efetiva.